

O jornalismo na democracia representativa : Um ensaio

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa

e Centro de Investigação Media & Jornalismo

Índice

1	Introdução	1
2	O papel ideal do jornalismo em democracia	1
3	A degradação da democracia	3
4	Os problemas do jornalismo	7
5	Conclusões	11
6	Bibliografia	15

1 Introdução

Nos relatórios anuais da Transparência Internacional, incluindo no de 2007, Portugal aparece a meio da tabela dos índices de percepção da corrupção entre os países da União Europeia. Isso significa que, aos olhos dos cidadãos portugueses, Portugal é medianamente permeável à corrupção, que afecta a governação e degrada a qualidade da democracia.

Correlativamente, quando questionados, numa sondagem Gallup (Janeiro de 2008) para o Fórum Económico Mundial, sobre a confiança que detêm nos vários profissionais, os portugueses apontam os políticos como os maus da fita. São eles que ocupam o fundo da tabela. Os portugueses não

confiam neles. Inversamente, os portugueses confiam, hierarquicamente, nos professores, na polícia e nos militares e, em terceiro lugar, nos jornalistas. Aliás, de acordo com o mesmo inquérito, se pudessem, os portugueses dariam mais poder a essas classes profissionais e menos aos políticos. No meu entender, isto significa que os portugueses querem os políticos mais controlados, mais vigiados; querem os seus actos publicitados; querem-nos observados; querem saber se há contradições entre o que os políticos dizem e o que fazem. E confiam nos jornalistas para o fazerem. Mais, os portugueses gostariam que, nessa matéria, os jornalistas fossem mais intervenientes, pois, tal como Shakespeare escreveu em *Hamlet*, é preciso vigiar as loucuras dos poderosos. Mas só jornalistas cultos e preparados podem exercer pertinentemente essa vigilância, que se traduz numa única palavra: *informar*.

2 O papel ideal do jornalismo em democracia

A democracia pertence aos cidadãos. É sobre os cidadãos que assenta o princípio da *soberania*. A soberania é do Povo. Mesmo

nas democracias representativas, os eleitos devem, *no que é fundamental*, guiar-se pelos desejos dos cidadãos que os elegem, pois, de outra forma, subverte-se a ideia de *representatividade* que subjaz ao conceito de democracia representativa.

Ora, idealmente, o processo democrático apenas tem significado real e verdadeiro se os cidadãos estiverem informados. A ideia por trás desta concepção é a de que somente cidadãos informados podem agir com consciência e fazerem as escolhas acertadas. Na Antiguidade Clássica, os cidadãos das primeiras democracias, a ateniense e a da Roma Republicana, mantinham-se informados frequentando, respectivamente, a *Ágora* ateniense e o *Fórum* romano. Nos estados de direito democráticos do mundo contemporâneo, com milhões de cidadãos, como notou Habermas, o espaço de informação e de debate político deslocou-se para a mídia. Não interessa, neste espaço, criticar a idealização que Habermas fez do espaço público, nem evidenciar os fenómenos que contribuíram e contribuem para degradar esse espaço público, mas tão só atentar numa realidade: os cidadãos, nas grandes democracias contemporâneas, informam-se, predominantemente, pelos meios de comunicação social e é principalmente por eles que vão acompanhando o devir do mundo e o debate político, maioritariamente transferido da praça pública e, depois, do parlamento e dos cafés, salões e clubes de cavalheiros para o espaço mediático. Assim sendo, os comunicadores sociais, nomeadamente os jornalistas, têm um grande poder, o de *informar os cidadãos*, e, se o têm, possuem também uma grande responsabilidade, a de *informar com qualidade*, pois a um grande poder tem, idealmente, de corresponder uma

grande responsabilidade. Poderíamos dizer que esse poder jornalístico está a ser gradativamente minado pela capacidade individual que muitos cidadãos denotam de aceder ao espaço público e serem escutados fazendo um uso hábil e sábio das tecnologias da informação e da Internet; poderíamos dizer que a articulação social em redes locais, nacionais e transnacionais também rouba aos comunicadores sociais, incluindo aos jornalistas, o papel de gestores quase monopolistas do espaço onde os discursos se publicitam e concorrem uns com os outros pela atenção e pela adesão dos cidadãos. Mas não é menos verdade que a *grande mídia* ainda é o principal espaço de materialização dos discursos com impacto público.

O trabalho dos jornalistas em democracia é, então, precisamente o de *informar* os cidadãos, permitindo, simultaneamente, que nos meios ocorra um verdadeiro debate público e, *em princípio*, não excludente. Que tipo de informação deve o jornalista oferecer? Uma *informação de qualidade*. E o que é uma informação de qualidade? Sem querer entrar aprofundadamente no debate tantas vezes meramente sofístico da problematização do conceito de *verdade*, *uma informação de qualidade é uma informação com verdade*, em que o que se diz se vincula à realidade, uma informação rigorosa e, eventualmente, interpretada, analisada pelo ponto de vista de um especialista, capaz de estabelecer relações entre os factos (conhecidos e desconhecidos) e antever impactos. O papel social do jornalista é, pois, o de *informar com verdade*.

Por outras palavras, contra a postura do radicalismo construtivista, existe uma realidade extra-discursiva. Através das linguagens, quer a das línguas, quer a da

matemática, é possível descrever algumas das particularidades do real. A verdade discursiva, poderíamos dizê-lo, está relacionada com a correspondência entre a realidade e os discursos que a traduzem. Não é por um punhado de gente estar intersubjectivamente de acordo em que o avião não cai que este não cai. O avião não cai porque obedece às leis da física, compreendidas pelo génio humano e descritas linguisticamente. Assim sendo, é possível estabelecer *graus de verdade discursiva*, sendo que a ambição do jornalista, ontem como hoje, deverá ser a de ser *objectivo*, isto é, deverá buscar, permanentemente, que o *objecto de conhecimento e do discurso* se sobreponha a ele, jornalista, *sujeito que conhece*. Se essa ambição não for perseguida, então o jornalismo deixa de poder ser conotado com a Informação e terá de ser classificado como arbitrariedade ou aleatoriedade ou mesmo como irrelevância ou desnecessidade.

Ao informar com verdade, funcionando como *watchdog*, o jornalista assegura que a democracia dos cidadãos beneficie de uma outra condição para poder materializar-se em pleno: a da *transparência*. Os titulares dos poderes têm, efectivamente, de comparecer repetidamente perante o tribunal da opinião pública e os seus actos de poder têm de ser conhecidos para que os cidadãos possam decidir e escolher em consciência. Consequentemente, o jornalismo ideal persegue a ideia do *bem*. Mais: o jornalismo aspira a ser um *bem público*, no sentido de que deve ser benéfico para o maior número possível de pessoas.

Porém, também não podemos deixar de reconhecer que os conceitos de democracia e de jornalismo que estamos a usar são conceitos idealizados. Suporiam uma democra-

cia em que todos os cidadãos fossem iguais em riqueza, poder, inteligência e conhecimento; suporiam uma democracia em que não existissem complexos mecanismos de governação sobre os quais vários agentes, incluindo os lóbis sociais, culturais, empresariais, desportivos e outros, procuram ter influência; suporiam uma democracia em que o estado democrático estivesse imune ao que se passa noutros lugares do mundo globalizado em que vivemos. Suporiam, ainda, que os jornalistas fossem todos identicamente bons cidadãos, conscientes do seu papel social, cultos e preparados, e que os meios se pautassem todos por padrões de rigor, de verdade e de elevação do espírito.

Na realidade, as coisas não se passam assim.

3 A degradação da democracia

É um lugar-comum dizer-se que a qualidade da democracia está a degradar-se. Porquê? São muitas as razões elencadas. Fala-se, por exemplo, de fenómenos de caciquismo e da falta de democraticidade da vida interna dos partidos; fala-se do alheamento dos cidadãos face à política; fala-se do divórcio entre representantes políticos e representados; fala-se da predominância do poder económico sobre o poder político; fala-se da falta de elevação e da ausência de racionalidade do debate político, campo no qual a mídia teria uma quota-parte de responsabilidade; fala-se da marginalização dos cidadãos em relação ao processo de decisão política, já que a participação cidadã quase ficou esgotada no mecanismo ritual do voto, etc. No entanto, talvez seja um exagero dizer-se que a democracia está a degradar-se, pois a democracia idealizada nunca, em

tempo algum, se materializou. De facto, desde que existe democracia, que esta foi contaminada pela propaganda e pela demagogia e foi subvertida por interesses particulares e por aqueles que conseguiram arregimentar partidários, constituindo-se como forças políticas e lançando mãos das relações públicas. A democracia não está a degradar-se. O que se passa é que a democracia foi e é um sistema imperfeito e falível. Importa, portanto, perguntar: porquê? Quais as razões que levam a democracia a ser um sistema imperfeito?

1. A democracia depende dos cidadãos, que são seres humanos imperfeitos. Teoricamente, os cidadãos seriam iguais, mas na verdade não o são. Entre muitas outras variáveis, as pessoas são diferentes em inteligência, capacidade de relacionamento, conhecimento, capacidade de expressão e persuasão, riqueza e poder, acesso e domínio das tecnologias da informação. Por outro lado, conhecer o mundo, socializar-se e aculturar-se politicamente, são actividades pró-activas que exigem esforço por parte dos interessados, esforço esse que, reconheçamo-lo, nem todos despendem ou sequer querem ou gostam de despendem. Se as pessoas são diferentes, então a democracia ideal, que assentaria em cidadãos iguais e com iguais hipóteses de participação nos processos políticos de debate e de tomada de decisão, não é, sequer, praticável, pois as pessoas, normalmente, colocam as suas capacidades ao serviço do seu interesse pessoal e não ao serviço do que poderíamos considerar abstractamente como *bem comum*. As

desigualdades contribuem, ainda, para gerar vários grupos: os integrados no sistema; os marginais ao sistema; e os irrelevantes, ou quase irrelevantes, para o sistema, ou seja, a maioria dos cidadãos. Inclusivamente, as desigualdades sociais têm-se agravado, mesmo nos países ricos, havendo um pequeno grupo de pessoas cada vez mais rico e uma larga franja de cidadãos a empobrecer, pelo menos em termos relativos, senão mesmo em termos absolutos. Paradoxalmente, no meio de tudo isto, quem mais sustenta o estado são as classes médias, pois os muito ricos conseguem furtar-se ao pagamento de impostos, nomeadamente daqueles que incidem imoralmente sobre o rendimento do trabalho. Assim sendo, há que reconhecê-lo, a generalidade dos cidadãos tem pouco poder político, tem pouco poder de mudar as coisas, excepto na hora do voto. E esse poder é tanto menor quanto menor for a possibilidade de participação popular na governação através de mecanismos como a consulta pública, o orçamento participativo e o referendo, por muito que as tecnologias da informação disponíveis potenciem, em teoria, a *e-democracia*.

2. Teoricamente, em democracia a última palavra pertence aos cidadãos, mas normalmente isto não acontece. Pelo contrário, manifestamente são os decisores políticos que têm a última palavra em muitas matérias, e não os cidadãos comuns. Não é que isso seja sempre necessariamente mau. Nem sempre os cidadãos despendem suficiente

esforço cognitivo para entenderem o mundo, o que leva, por exemplo, a que, frequentemente, exijam sem limites e sem consideração pelas necessidades do bom governo e da boa administração. Noutras ocasiões, os cidadãos não estão na posse da informação suficiente para agirem bem e em consciência. O verdadeiro problema surge quando, relativamente a assuntos fundamentais, se assiste a um profundo fosso entre o sentir dos cidadãos representados e as medidas políticas tomadas pelos seus representantes, normalmente traduzidas na produção de legislação. Por exemplo, os cidadãos portugueses descrêm do sistema judicial. A morosidade é uma das razões. Mas a outra é a de que o *Código Penal* português, por exemplo, está mais subordinado à ideologia perniciosa do *politicamente correcto* do que ao sentimento da generalidade dos cidadãos.

3. Já os antigos gregos e romanos comentavam a impunidade dos transgressores, daqueles que, pelo poder que têm, por questões de direito ou devido à ideologia do *politicamente correcto* que se insinuou na legislação ao arrepio do sentimento do Povo, transgridem a Lei, voltam a transgredi-la e nada lhes acontece. A impunidade corrompe as instituições e degrada a democracia. Conforme escreveu o Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso n' *O Estado de São Paulo*, "Vivemos um paradoxo: o de uma sociedade cada vez mais vigiada (pelos órgãos do Estado, pela mídia, pela internet etc.) e cada vez menos capaz de distinguir condu-

tas e de punir crimes. Pior, o de uma sociedade cada vez mais indiferente à transgressão, como consequência da impunidade" (Cardoso, 2008).

4. Numa democracia dos cidadãos ideal, não haveria a interferência de agentes económicos e sociais organizados, como os lóbis de interesses, as corporações e empresas, frequentemente multinacionais, ou mesmo os partidos políticos e as ONG. Mas na democracia real, esses agentes existem e têm cada vez mais poder, incluindo o poder de intervir na gestão da *coisa pública* com mais capacidade de influência do que a do cidadão comum, graças à sua representatividade social, ao seu poder económico, pontualmente corruptor, ou ainda devido ao recurso sistemático e engenhoso ao marketing e relações públicas. O protagonismo desses agentes sociais e económicos no contexto social, às vezes numa dimensão internacional, restringe a capacidade de os cidadãos acederem individualmente ao espaço público e nele intervirem. Em resumo, o sistema tem cada vez mais cidadãos marginalizados ou irrelevantes para o processo governativo.
5. Nas sociedades contemporâneas, governar tornou-se uma tarefa crescentemente complexa e cada vez mais técnica e menos política, sendo orientada, predominantemente, pela *razão económica*, mas também pela *razão mediática*, que se contrapõe, muitas vezes, à primeira. De facto, embora a governabilidade dependa da economia, o que pressuporia que a racional-

idade económica presidisse às políticas governativas, a necessidade de os governantes se popularizarem na mídia pode levar à adopção de medidas populistas que a médio e longo prazo deterioram o sistema económico, até porque as expectativas e os anseios dos cidadãos, amplificadas pela mídia, são muitas vezes desmesurados face às possibilidades de um país.

6. A mediatização da política e o fenómeno co-relato da *teledemocracia do espectáculo* contribuem para afectar a *razão política* e, em particular, a *razão governativa*. De facto, se na gestão dos negócios correntes de um estado democrático de direito os cidadãos têm pouco poder, na hora do voto podem decidir quem governa e quem não governa. Assim sendo, as sondagens de opinião obrigam os políticos a adoptar, por vezes, não as medidas impostas pela *razão governativa*, mas sim as que são impostas pela necessidade de agradar aos eleitores, naturalmente mais preocupados com os seus interesses particulares do que com a sustentabilidade do estado. Maquiavel bem ensinou n' *O Príncipe* que há problemas governativos irresolúveis e que, por vezes, as tentativas dos políticos para os resolverem acabam por agravá-los, mas o cidadão comum exige aos governantes a resolução de todos os seus problemas, sem consideração, sequer, pelos problemas dos demais cidadãos.

A mediatização da política obriga os políticos agirem como estrelas de um qualquer espectáculo, para agradarem aos cidadãos-espectadores. Perdeu-se

autenticidade política ao promover-se a profissionalização dos políticos e ao subordiná-la à performatividade mediática, deixando de fora os amadores que fazem política por convicção e ideologia.

A mediatização da política e o triunfo do infotimento, consequências da democracia de massas e da omnipresença da mídia, têm, igualmente, contribuído para a degradação da qualidade do debate político, pois esvaziaram-no dos seus valores substantivos e permitiram o triunfo da forma sobre o conteúdo. A *imagem* tornou-se, por vezes, mais importante do que a *substância*, do que o *verbo*.

Por outro lado, a mediatização da política intensifica o recurso ao marketing e às relações públicas e obriga os políticos a uma espécie de campanha eleitoral permanente, concretizada no envio constante de mensagens segmentadas e atractivas para o seu público-alvo, entre as quais mensagens sobre a sua vida privada, cada vez mais exposta e indistinta da vida pública. Assim, paradoxalmente, assiste-se a um *esvaziamento do parlamentarismo*, devido à possibilidade de os governos comunicarem directamente com os cidadãos na sociedade mediatizada; mas observa-se, também, a tendência crescente para ver os cidadãos como meros espectadores passivos do espectáculo político cuja posição é irrelevante para o processo de decisão política e para a governação. Assim sendo, a uma maior *transparência* da vida política, decorrente da acção mediática e da acção

política e social de conjuntos organizados de cidadãos, não corresponde uma maior possibilidade de participação política dos cidadãos. Parafraseando um velho ditado, *os cidadãos podem ver, mas não podem tocar*.

Porém, a mediatização da política e o declínio do nível do debate político tiveram uma consequência positiva, já que tiraram a política às elites e permitiram aos milhões seguirem, com maior ou menor capacidade de compreensão do que está em causa, a governação e a produção legislativa e o debate que as acompanham.

4 Os problemas do jornalismo

Os portugueses, como já disse, queriam que os jornalistas tivessem mais poder, ou seja, que fossem mais intervenientes no espaço público. Mas, que jornalistas têm os portugueses em mente quando exigem mais intervenção aos jornalistas? Os portugueses, como outros, têm, certamente, imagens estereotipadas e idealizadas dos jornalistas. Vêem-nos, talvez, como se vêem a si mesmos. Num inquérito realizado pela revista *Seleções do Reader's Digest*, em 2007, os portugueses apontaram-se como pessoas honestas (91%), dedicadas à família e à profissão (71%), participativas (65%) e activas (58%). Mas corresponderão os jornalistas a esse retrato? E isso bastaria para ser o jornalista idealizado pelos cidadãos portugueses quando clamam por uma maior intervenção jornalística no espaço público? Eu não confiaria mais poder a vários dos jornalistas que conheço. Muitos deles têm uma evidente falta de preparação. Outros não. São

pessoas cultas, conhecedoras, cultivadas. Todavia, para além disso, o jornalismo contemporâneo nos estados democráticos de direito tem vários outros problemas e enfrenta vários desafios, alguns dos quais devem ser relembrados.

1. Em primeiro lugar, deve explicitar-se que o jornalismo é falível porque falíveis também são o sistema e os actores sociais. O jornalismo é falível porque os meios – humanos, financeiros, técnicos – de obter informação de que se socorre também são falíveis. O jornalismo é falível porque o seu sucesso depende da capacidade que os cidadãos denotem de usar a informação, e esta capacidade muitas vezes depende do cidadão, do esforço que este tenha feito para obter conhecimentos e competências, e não do jornalismo. Em resumo, o jornalismo é falível porque, como actividade humana que é, está sujeito à imperfeição do homem. Porém, independentemente da falibilidade e da imperfeição do jornalismo, é importante reafirmar a importância deste nas sociedades democráticas contemporâneas. A mídia não é o diabo que alguns querem dela fazer e, embora não seja um anjo, é melhor ter mídia do que não a ter, ou, para o caso deste ensaio, é melhor ter jornalismo do que não o ter. É melhor ter um contrapoder jornalístico, que mal ou bem vai funcionando como vigilante dos outros poderes, do que não o ter. Não interessa, para o caso, saber se o jornalismo tem efectivamente muito ou pouco poder, ou se é essencialmente o “quarto do poder”, o espaço onde o poder se despe e vai

para a cama envolver-se em relações mais ou menos íntimas e mais ou menos promíscuas com outros agentes sociais. Interessa, isso sim, dizer que o jornalismo existe, é uma conquista da genialidade do homem e é também uma das instituições sociais que mais contribuiu e contribui para a ilustração do espírito humano. Ao gerar uma forma específica, selectiva, organizada e hierarquizada, de conhecimento sobre o mundo e o seu devir, o jornalismo contribuiu e contribui, a seu modo, para a elevação do espírito humano e para que o homem se liberte da servidão provocada pela ignorância. O jornalismo, em democracia e liberdade, ajuda o cidadão a fazer escolhas políticas conscientes. O jornalismo é, em suma, uma conquista da cidadania.

2. O sucesso do jornalismo depende da sua eficácia, que se pode medir pela capacidade de os cidadãos usarem utilmente a informação e poderem agir com base nela. Daí a necessidade de a informação ter de ser verdadeira e útil. Ora, parte da informação que a mídia transmite não é útil e alguma nem sequer é verdadeira. A isto acresce que o jornalismo está constringido pelos interesses das audiências, pois os órgãos jornalísticos vendem, essencialmente, audiência a anunciantes. Mas muitos cidadãos apenas consomem informação jornalística para saberem mais ou menos superficialmente o que se passa no mundo, em especial no mundo próximo de si, e não por quererem ser pessoas politicamente conscientes, envolvidas e participativas. Este conjunto de factores

contribui para dificultar a missão ideal do jornalismo, deixa o jornalista manietado e promove o divórcio mais ou menos declarado entre os cidadãos e a mídia jornalística.

3. As regras do mercado imperam cada vez mais sobre o jornalismo, que, sendo uma indústria, não é uma indústria como as outras, já que persegue um bem público, o de fornecer aos cidadãos informação com qualidade, rigorosa, verdadeira e útil. Em teoria, essa até é uma das razões que levam alguns estados a manterem canais de televisão e rádio públicos e outros a subsidiar os meios jornalísticos. O negócio jornalístico, porém, tem-se virado crescentemente para o marketing, o que provoca um certo esvaziamento dos conteúdos, mais dependentes dos interesses muitas vezes superficiais e efémeros da audiência do que dos critérios de noticiabilidade, rigor, constância e profundidade que, idealmente, permitiriam tornar o jornalismo um bem efectivamente público.
4. A profissão jornalística também atravessa um momento delicado e instável. A massificação do jornalismo e a oferta, pelas universidades, de um exército de diplomados em jornalismo fez diminuir os salários dos jornalistas, dificulta a estabilidade do posto de trabalho e baixou o estatuto social destes profissionais. Por outro lado, o dinamismo económico leva alguns empresários a investir em projectos jornalísticos que cedo se revelam inviáveis, falindo, o que promove situações de rápida alternância entre emprego e desemprego

entre os jornalistas, em particular entre os mais jovens. A concentração e a formação de grandes oligopólios da comunicação, muitas vezes multinacionais, embora dê origem a grupos empresariais financeiramente mais sólidos, também reduz o número de postos de trabalho para os jornalistas, devido ao aproveitamento de sinergias dentro dos mesmos. Além disso, havendo menos empregadores, um jornalista despedido de um grupo tem menos hipóteses de encontrar um novo empregador. Enfrentando estas situações complexas, um jornalista, que como todos os trabalhadores quer manter o seu posto de trabalho para poder sobreviver e alimentar a sua família, fica mais fragilizado perante o empregador e, portanto, torna-se, teoricamente, mais sensível a pressões, por muito que os valores profissionais dos jornalistas os levem a reagir às interferências indevidas sobre o seu trabalho.

5. Algum jornalismo procura divulgar os factos e as versões ou interpretações sobre eles em intervalos de tempo cada vez mais curtos ou mesmo no momento em que acontecem. De um certo ponto de vista, isso é positivo, já que permite à humanidade olhar para si mesma e ir acompanhando o seu próprio devir ao mesmo tempo que as coisas acontecem. Mas de outro ponto de vista, a velocidade impossibilita o recuo, a profundidade e a explicação, impede a obtenção de dados e pode gerar falta de rigor. E sem rigor *não há nem informação verdadeira nem verdadeira informação.*

6. As políticas de contenção de despesas nas empresas jornalísticas, embora as solidifiquem financeiramente, por vezes geram cortes em verbas que poderiam ser destinadas à produção de informação própria e à investigação jornalística. Cruzando este facto com o da formação de grandes oligopólios midiáticos onde as sinergias são aproveitadas ao extremo, podemos detectar a possibilidade de perda de diversidade nos conteúdos jornalísticos e, mais grave, uma propensão para a abdicação do papel de vigilância de todos os poderes (políticos, económicos, sociais, desportivos, culturais...) que teoricamente cabe ao jornalismo nas democracias. No entanto, a segmentação e diversificação dos veículos jornalísticos, vários deles existentes na internet, tem contornado essa tendência.

7. O jornalismo na Internet, os blogs, o jornalismo dos cidadãos, o jornalismo público ou cívico e outras tantas experiências jornalísticas ou parajornalísticas podem ajudar a rejuvenescer o jornalismo, mas também trazem novos problemas.

A proliferação de blogs, por exemplo, pode representar alguns ganhos no que respeita ao acesso dos cidadãos ao espaço público, mas os blogs correm o risco de se assemelharem à imprensa política oitocentista, mais preocupada com a acusação pessoal e, às vezes, insultuosa e caluniosa, do que com o debate profundo, sério e racional sobre a governação e o processo político. Mais, os blogs tendem a usar e difundir gratuitamente as informações produzidas

pelos meios jornalísticos profissionais, e que custam dinheiro, para veicularem opinião privada. Ora, empresas jornalísticas com menos audiência são empresas mais frágeis e com menor capacidade de investimento na produção de informação e mesmo na investigação.

Já o jornalismo dos cidadãos, seja ele informativo, analítico ou opinativo, acaba por ser uma reformatação do jornalismo que tivemos entre os séculos XVI e XIX. É polifónico e diversificado, o que pode ser uma vantagem. Mas não obedece a pautas sujeitas a critérios de noticiabilidade jornalisticamente relevantes, depende das colaborações mais ou menos interessadas – ou até interesseiras – dos cidadãos, as informações produzidas nem sempre são verificadas e editadas, etc. Por outro lado, a ausência de profissionalização pode ser perigosa, pois ninguém garante, por exemplo, que os colaboradores nos projectos de jornalismo dos cidadãos, que nem sequer necessitam de observar a deontologia jornalística, não estejam ao serviço de interesses mais poderosos e escondidos.

No caso do terceiro exemplo citado, o do jornalismo cívico ou público, a participação cidadã na mídia jornalística, com sugestões de pautas, perguntas para entrevistas, informações e mesmo matérias também pode ser relevante para aproximar o jornalismo dos cidadãos, mas também levanta problemas, como a intensificação do declínio do jornalismo como profissão, a perda de rumo e de autonomia dos veículos jornalísticos, o cruzamento perigoso

das fronteiras entre o campo jornalístico, o campo político e o campo dos cidadãos, a promoção da fragmentação social e mesmo a diminuição da objectividade e a desvalorização da busca da verdade na informação em favor de uma polifonia que não raras vezes descamba para uma espécie de *anarquia informativa*. A esses factores acresce que o envolvimento exacerbado dos jornalistas em causas comunitárias dificulta o distanciamento crítico.

8. Finalmente, e mais grave, estamos a assistir em muitos estados democráticos, incluindo Portugal, a uma insidiosa ofensiva política (e não só...) contra a liberdade de imprensa, através da promulgação de legislação constrangente do poder jornalístico e do constante recurso a processos judiciais contra os jornalistas. Em Portugal, e isto é verdadeiro, um jornalista e o seu veículo podem ser condenados a pagar chorudas indemnizações ou mesmo a penas piores por escreverem a verdade. Se anteriormente bastava a informação ser verdadeira, confirmada e submetida ao crivo dos princípios da ética e da deontologia para ser publicada, hoje quase é preciso que cada notícia seja analisada à lupa por um jurista, porque independentemente da verdade da informação, um jornalista pode ser condenado por atentado ao bom-nome ou por “prejudicar” alguém apenas por expor, com verdade, as prevaricações desse alguém ou por criticar as suas acções. Não são, sequer, questões de difamação ou outras similares que estão em causa. O que está em causa é que a nova legislação

sobre liberdade de imprensa é tão constrangedora que, como escreve Victor Bandarra (2008), se torna fácil a “qualquer poderoso ou endinheirado” obrigar um jornalista e o seu veículo a pagar uma imensa indemnização porque “acha que ser desmascarado, denunciado ou simplesmente criticado é ser vítima de abuso de liberdade de imprensa”. Mais, casos recentes, de que o mais mediático foi o do jornalista Manso Preto, vieram colocar em questão o sigilo profissional. Um jornalista pode ser preso por querer conservar sigilo sobre a identidade das suas fontes, independentemente da informação difundida ser verdadeira. Do mesmo modo, a arcaica e aberrante figura jurídica do “segredo de justiça” (que não existe no Brasil) tem evitado que se divulgue informação útil e de interesse público. Com constrangimentos como esses, o jornalismo perde o seu poder de vigilância e controle dos outros poderes, o seu poder de contrapoder, a cada dia que passa. Além disso, empresas jornalísticas e jornalistas enredados e depauperados em processos judiciais facilmente podem ir à falência ou, quanto mais não seja, perdem um tempo precioso que poderiam usar em benefício próprio. Finalmente, como o primeiro-ministro português, José Sócrates, tem sobejamente provado, alguns políticos parecem querer subtrair-se à crítica propagada através da mídia com pilhas de processos judiciais contra todos aqueles que os criticam com palavras duras. A profusão enorme de processos judiciais contra jornalistas e cronistas é um forte

e talvez legal, mas injusto, instrumento de constrição da liberdade de imprensa.

5 Conclusões

As notícias são essenciais à democracia. As notícias afectam o clima político, influenciam as acções dos políticos e promovem uma saudável vigilância sobre os vários poderes. Com controlo noticioso, como bem sabem os tiranos e ditadores, é possível governar autocraticamente. A ausência de notícias certamente geraria o caos. A existência de um sistema profissional de produção e difusão de informação verdadeira em democracia, como o é o jornalismo, torna-se, assim, um requisito para a manutenção ou mesmo para o aprofundamento dessa mesma democracia. Mesmo que não consiga levar as pessoas a agir, ou a agir conforme o esperado, mesmo que não consiga que as acções dos cidadãos tenham consequências políticas, mesmo que não consiga levar os cidadãos a envolverem-se politicamente, ainda assim o jornalismo tem um papel relevante para a democracia simplesmente ao cumprir a função social que desde sempre foi a sua – informar, pois informar, no que ao jornalismo diz respeito, significa promover um conhecimento organizado, ainda que selectivo e hierarquizado, sobre a sociedade e o mundo, a sua marcha ao longo do tempo e os poderes que nela agem. Mas só um jornalismo de grande liberdade e total responsabilidade, que tenha por objectivo providenciar informação objectiva e verdadeira, poderá cumprir inteiramente o seu papel social, pois o jornalismo livre e a democracia caminham a par. Uma democracia “de qualidade” fortalece o campo jornalístico. Um campo jor-

nalístico forte e bem estruturado promove a qualidade da democracia.

A qualidade da democracia depende, de facto:

1. Da existência de um campo jornalístico forte que *informe* os cidadãos, *publique* os actos de poder e vigie os seus agentes, políticos, sociais, culturais, desportivos, económicos, educativos ou outros, para que estes não excedam as funções que lhes são confiadas nem usem indevidamente o poder que transitoriamente lhes é confiado. O jornalismo livre, feito com responsabilidade, promove a transparência e combate a iniquidade e a impunidade, quanto mais não seja a impunidade moral.
2. Da existência de um campo político identicamente forte, onde os políticos decidam em consciência, tendo em vista o que, abstractamente, se poderia considerar como sendo o *bem-comum* e levando em consideração os princípios da boa administração. Depende da existência de um campo político onde os políticos não pautem as suas acções nem pela *opinião publicada* nem pelas volúveis correntes de opinião pública, traduzidas nas sondagens, excepto, eventualmente, em questões fundamentais de sintonia entre o sentimento profundo do Povo, sede da soberania, e a legislação fundamental que o tem de traduzir. A governabilidade depende da capacidade de decisão política e de bem administrar os recursos em benefício do maior número possível de pessoas e das gerações futuras, servindo o jornalismo para providenciar dados de apoio à tomada de decisões

e para controlar o exercício do poder, que sem contrapesos poderia descambar para a autocracia ou para a oligarquia.

3. Da capacidade que os cidadãos denotem de agir esclarecidamente no espaço público. Neste aspecto o jornalismo pode contribuir para a qualidade da democracia dando visibilidade às acções dos cidadãos politicamente participativos e empenhados e também daqueles que não pretendem envolver-se activamente no processo político. Porém, os jornalistas têm de consciencializar-se que a sua função primeira é *informar*, e não *persuadir*, até porque, neste particular, o jornalismo não tem grande sucesso.

Estas conclusões podem merecer um certo consenso idealista, mas não bastam. É necessário propor medidas, umas de carácter político, outras de carácter jornalístico, que facilitem ao jornalismo a prossecução da sua função social ideal em democracia.

Quais são as medidas políticas que permitiriam ao jornalismo cumprir melhor a função que dele se espera em democracia? Atrevo-me a elencar quatro:

1. A liberdade de imprensa tem de deixar de ser indevidamente constrangida. Esta é uma medida político-legislativa que tem de ser tomada e a primeira de todas. Um jornalista não pode ser sujeito a qualquer penalidade por dizer a verdade com rigor, independentemente de a verdade prejudicar a imagem e a reputação dos agentes de poder.
2. Os políticos necessitam de providenciar aos cidadãos mais formas de participação política e de feedback que não

se esgotem no voto de tempos a tempos, recorrendo, por exemplo, às tecnologias da informação para promover a e-democracia. A partidocracia é profundamente negativa. Os mecanismos legislativos necessitam de facultar a organização dos cidadãos em grupos de pressão para que determinadas medidas sejam tomadas, ou não. O jornalismo é um dos instrumentos sociais que podem contribuir quer para que os políticos recolham feedback dos cidadãos, quer para que os cidadãos contactem uns com os outros “sem se verem” e se organizem socialmente para a acção política.

3. No que é fundamental, os políticos, nomeadamente os governantes, têm de se colocar em sintonia com aquilo que a maioria das pessoas pensam. Não faz sentido ter legislação complexa e mesmo contraditória nem faz sentido que a legislação fundamental de um estado de direito não respeite o sentimento da maioria do Povo, sede da soberania, nomeadamente em questões de justiça. Neste campo, o jornalismo pode e deve contribuir para criar canais de comunicação que permitam aos políticos, em especial aos governantes, escutar os cidadãos e a estes escutar os políticos, sintonizando-se tanto quanto possível entre eles.
4. O jornalismo é uma profissão cuja importantíssima função social em democracia exige uma preparação aprofundada. Para a elevação da profissão, não deve ser jornalista quem quer, mas unicamente quem está preparado e prova está-lo. A legislação deveria traduzir

essa exigência por duas vias. A primeira é a das habilitações para o exercício da profissão. Deveria ser obrigatório a um candidato a jornalista, em Portugal, possuir ou uma graduação em jornalismo, ou um mestrado em jornalismo, ou as duas coisas. A segunda exigência que a legislação deveria definir para o exercício da profissão de jornalista seria a criação de uma Ordem dos Jornalistas que auto-regulasse a profissão e instituisse um exame de cariz deontológico para acesso dos neófitos à profissão. Uma comissão dessa hipotética Ordem dos Jornalistas, constituída por pesquisadores e outros especialistas, jornalistas e empresários da mídia, poderia recomendar conteúdos específicos para leccionação nos cursos de jornalismo, ao nível da graduação ou do mestrado, que só assim seriam reconhecidos pela Ordem como sendo cursos aptos a formar jornalistas.

O campo jornalístico também pode aperfeiçoar-se para, por si mesmo, cumprir a função social que a democracia encomenda ao jornalismo. De que forma? Sugiro seis ideias:

1. Deve promover-se a especialização jornalística no seio das redacções, sem que isto signifique que o jornalista deva ignorar o que se passa à sua volta. A especialização permite, em teoria, que os jornalistas cultivem as fontes informativas mais necessárias à sua função quotidiana e sejam capazes de aprofundar a informação e correlacionar dados. Torna também os jornalistas mais capazes de mostrarem às pessoas como o devir do mundo as pode afectar lo-

calmente, ainda que os acontecimentos noticiados se passem longe das suas casas. A informação jornalística será tanto mais útil quanto mais os cidadãos a puderem usar para orientarem as suas vidas e para decidirem em consciência.

2. Podem usar-se, comedidamente, algumas das receitas do jornalismo cívico, permitindo, nomeadamente, que os cidadãos contribuam para a definição da pauta jornalística, ou seja, para a construção da agenda. O jornalismo também se precisa de abrir aos cidadãos empenhados que querem obter visibilidade para as suas ideias e mesmo àqueles que se mantêm na sombra. Porém, a auscultação dos cidadãos pode necessitar de ser feita por iniciativa jornalística, para se contornar a espiral do silêncio, que leva as pessoas a silenciarem-se quando julgam que as suas posições são isoladas ou minoritárias.
3. O jornalismo não se pode esgotar nos veículos tradicionais, incluindo aqui o webjornalismo. Os blogs dos próprios veículos jornalísticos, por exemplo, podem ser complementares ao jornalismo tradicional. Neles, os jornalistas podem aprofundar a informação, mas também analisar, interpretar e opinar ou até abordar assuntos que não teriam espaço nos meios tradicionais.

Uma outra experiência que merece ser equacionada é a da segmentação dos meios jornalísticos. Embora seja importante manter veículos generalistas, também é importante segmentar as mensagens e os meios, para cativar os cidadãos para o jornalismo em função dos respectivos interesses específicos e

das suas necessidades particulares de informação.

Uma terceira experiência a ter em conta é a da imprensa gratuita, que mal ou bem tem contribuído para cativar novos públicos para o jornalismo. Já há, inclusivamente, planos para a produção de jornais generalistas de qualidade gratuitos, a distribuir domiciliarmente por públicos que lhes sejam receptivos, caso dos profissionais liberais, professores e jornalistas, entre outros.

4. A produção de informação própria é fundamental para dar qualidade aos projectos jornalísticos, criar diferenciação e notoriedade para os mesmos e seduzir o público-alvo. As sondagens de iniciativa jornalística, por exemplo, permitem aos políticos conhecer a receptividade pública às suas propostas e acções e facultam aos cidadãos saber o estado das correntes de opinião pública num determinado momento. A assunção do multiperspectivismo nas notícias, incluindo-se aqui a auscultação dos cidadãos silenciados, permite, por seu turno, trazer novas perspectivas sobre os factos e as problemáticas ao espaço público. Além disso, o jornalismo nunca deve perder o norte da sua função primordial, que é informar sobre os factos, ainda que os jornalistas também os devam correlacionar e explicar.
5. O jornalismo tem de se reinventar continuamente. As mensagens jornalísticas têm de ser capazes de cativar os cidadãos e para isso devem-se usar todos os recursos possíveis, como a infografia, mas também, por exemplo, o recurso pertinente ao humor ou mesmo à

ficção, com conta, peso e medida. Obviamente, não se pretende que a ficção seja informação, mas tão só tornar possível imaginar como determinados acontecimentos se poderiam ter passado, caso não se saiba como eles efetivamente se passaram.

6. Finalmente, os padrões de recrutamento de neófitos para a profissão de jornalista devem ser elevados entre os próprios empregadores. Uma cara bonita e uma boa figura não podem bastar para se ser jornalista, ainda que seja em televisão. Nem sequer pode bastar uma boa capacidade de expressão, oral e/ou escrita, embora seja importante. Os empregadores devem estar atentos, sobretudo, ao conhecimento e à competência demonstrada pelos candidatos e, ainda que não seja uma exigência da legislação portuguesa, devem zelar para que os candidatos a jornalistas tenham, sempre que possível, um curso superior específico em jornalismo. Mas os empregadores não se podem ficar por aqui. Devem impedir os jornalistas, uma vez admitidos, de estagnar profissionalmente, exigindo-lhes formação contínua, em particular na sua área de especialização jornalística. Os empregadores devem também criar condições para os jornalistas poderem frequentar pós-graduações em jornalismo, nomeadamente mestrados e doutoramentos, que confrontem os jornalistas com a sua experiência profissional quotidiana e os obriguem a reflectir sobre ela.

6 Bibliografia

- Cardoso, Fernando Henrique (2008): Vigiar sem punir, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 de Março de 2008, p. 2.
- Bandarra, Victor (2008): Chamem o advogado, *Jornalismo & Jornalistas*, n.º 33, Janeiro/Março de 2008, p. 66.